

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.659.488 - PR (2020/0027202-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ROSEMARI BRASAO DA FONSECA
AGRAVANTE : GEOVANE CAMARGO DA FONSECA
ADVOGADO : ALEXANDRE MARTINS - PR029082
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : GERSON VANZIN MOURA DA SILVA - PR019180
JAIME OLIVEIRA PENTEADO - PR020835
ARTHUR SABINO DAMASCENO - PR041323
ANA LUCIA MATEUS - PR048845

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por GEOVANE CAMARGO DA FONSECA e OUTRO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONTRATO PARTICULAR DE ABERTURA DE CRÉDITO, PACTO ADJETO DE HIPOTECA E OUTRAS AVENÇAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. ARGUIÇÃO DE QUITAÇÃO INTEGRAL DO DÉBITO. NÃO VERIFICAÇÃO. AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA COM UTILIZAÇÃO DO FGTS. REDUÇÃO PARCIAL DO SALDO DEVEDOR. SENTENÇA. MANUTENÇÃO.

1. O julgamento antecipado da lide não caracteriza cerceamento de defesa quando os documentos presentes nos autos são suficientes para resolução das controvérsias contidas na ação.

2. Comprovada a amortização parcial da dívida, em valor inferior ao saldo devedor, não há que se falar em quitação.

3. Apelação cível conhecida e não provida. (fls. 496/497).

Quanto à controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega a violação dos arts. 5º, LV, da CF/88; e 369 do CPC, e divergência jurisprudencial, no que concerne ao cerceamento de defesa, pelo julgamento antecipado da lide sem ter sido permitido aos recorrentes produzir a prova pericial pretendida, trazendo os seguintes argumentos:

Em 1º grau de jurisdição, os Recorrentes pugnaram expressamente pela realização de prova pericial contábil, a fim de pudesse ser apurado que o contrato de mútuo pactuado com o Banco Recorrido havia sido

definitivamente quitado. Todavia, a douta juíza a quo sequer analisou o pedido de prova pericial acima referido, limitando-se a dizer "que nos presentes autos a questão de mérito, sendo de fato e de direito, dispensa a necessidade de produção de provas em audiência, há de se reconhecer que o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso 1, do Código de Processo Civil".

No entanto, oportuno destacar que o Art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e Art. 369 do Código de Processo Civil preveem expressamente o direito à ampla defesa e contraditório, através da produção de provas que entender necessárias, a todos os litigantes em processos judiciais. Este direito foi tolhidos dos Recorrentes quando do julgamento antecipado da lide, ficando os mesmo sem a possibilidade de produzir as provas que, obrigatoriamente, comprovariam que houve o adimplemento total do contrato de crédito em litígio, não dispondo, sequer, de outro momento processual para fazê-lo.

[...]

No caso em tela não se vislumbra nenhuma das possibilidades acima elencadas aptas a fundamentar o indeferimento da prova pericial. Ademais, não se pode dizer que a referida prova é desnecessária, uma vez que somente através de perícia contábil serão estabelecidos os valores pagos e efetivamente abatidos do saldo devedor, demonstrando-se assim a liquidação da dívida pelos Recorridos. (fls. 576/577).

É o relatório. Decido.

Na espécie, em relação à alegação de violação ao art. 5º, LV, da CF/88, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação de norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: “Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal” (AgInt nos EREsp n. 1.082.463/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.342.571/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 1º/2/2019; e AgInt no AREsp n. 1.287.630/SC, relator Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018.

Ademais, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Os apelantes sustentam a ocorrência de cerceamento de defesa, pois, apesar de terem requerido a produção de prova pericial, a MM.^a Juíza sentenciou o feito antecipadamente.

A tese não comporta guarida.

Embora o legislador constitucional tenha assegurado aos litigantes, em processo judicial e administrativo, a ampla defesa e o devido processo legal, o juiz figura como destinatário da prova produzida durante a instrução processual, que serve para formar sua convicção e fundamentar sua decisão, conforme o princípio constitucional da persuasão racional, também denominado livre convencimento motivado (art. 93, IX, da Constituição Federal).

Compete ao juiz aquilatar quais são as provas necessárias à instrução do processo e, ainda, indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

[...]

Na hipótese, consoante será melhor esclarecido na sequência, os documentos acostados aos autos são suficientes para exame das controvérsias, pelo que desnecessária a produção de outras provas. (fls. 499/501).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nessa linha: “Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide sem produção da prova requerida quando o processo se encontrar suficientemente instruído. Compete ao magistrado, destinatário da prova, o exame acerca da necessidade ou não da produção do aporte requerido, sendo inviável rever as provas dos autos. Súmula 7/STJ. (AgInt no AREsp n. 1.545.423/GO, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 19/12/2019).

Observem-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no AREsp n. 1.493..800/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 12/2/2020; REsp n. 1.810.435/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 28/11/2019; REsp n. 1.835.095/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2019; e AgInt no AREsp n. 1.544.398/DF, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 22/11/2019.

Além disso, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que a “decisão monocrática proferida por Relator não é admitida para fins de comprovação do dissídio jurisprudencial, pois a manifestação unipessoal do relator não compreende o conceito coletivo de 'tribunal' almejado pela Constituição Federal” (AgInt no REsp 1765964/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 11/12/2018, DJe de 14/12/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1751850/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 13/11/2018, DJe de 21/11/2018; AgInt no REsp 1591925/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 15/3/2018, DJe de 20/3/2018; e AgRg no REsp 1582098/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 4/10/2016, DJe de 14/10/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente